

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DO MATOPIBA

Caroline Nascimento Pereira¹
Gabriela Lanza Porcionato²
Cesar Nunes de Castro³

1 INTRODUÇÃO

A região do Matopiba é composta por 336 municípios de quatro estados fronteiriços, sendo 143 do Maranhão, 130 do Tocantins, 33 do Piauí e trinta da Bahia. A expressão Matopiba, criada a partir das iniciais dos respectivos estados componentes, serve para designar parte do território desses estados pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos. Essa região vem passando por transformações tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência da expansão da agricultura, como produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão.

A expansão deve-se às boas condições edafoclimáticas locais para a produção de grãos, tornando o Matopiba um grande produtor nos últimos anos, com crescimento de 239% entre os anos 2000 e 2014 na quantidade produzida de grãos. Os ganhos alcançados ao longo dos anos trouxeram um crescimento desigual para a região, pois a produção de *commodities* é considerada capital-intensiva, ou seja, há intenso uso de máquinas, colheitadeiras, insumos e toda variedade de tecnologias, com menor uso do fator trabalho, o que diminui a apropriação da renda pelos trabalhadores. Assim sendo, observou-se que o produto interno bruto (PIB) da região cresceu vigorosamente, porém a distribuição de renda não apresentou ampliação proporcional ao aumento da riqueza, ou seja, não se observou esse movimento na região, apenas seu crescimento.

1. Mestra e doutoranda em economia agrícola pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Assistente de pesquisa III da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. Mestra em ciências sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* Araraquara. Assistente de pesquisa na Dirur do Ipea.

3. Especialista em políticas públicas e gestão governamental. Desde 2008 trabalha com avaliação de políticas públicas na Dirur do Ipea.

A concentração de renda ainda é um ponto crucial na região, pois os fatores terra, capital e tecnologia concentram-se em poucas mãos. Ademais, como se trata de agricultura baseada em monoculturas de soja, milho e algodão, há uma situação de enclave, pois é uma região sob domínio de dois agentes econômicos: os grupos multinacionais do agronegócio e os grandes proprietários fundiários. Segundo Sá, Morais e Campos (2015), a participação do Estado ocorre para a construção de infraestrutura voltada para o agronegócio, com recursos financeiros e pesquisa destinados às *commodities*, podendo trazer crescimento econômico para a região, porém tal ganho não necessariamente resultará no desenvolvimento inclusivo da região.

Deste modo, o presente ensaio apresenta de forma sucinta os principais números da dinâmica econômica e da melhora social, como PIB, PIB *per capita*, produção de grãos, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e índice de Gini, por meio da integração dos principais resultados de duas pesquisas desenvolvidas no Ipea, que mapearam os principais indicadores econômicos e sociais da região nos últimos anos. O trabalho está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução, a segunda concernente aos aspectos econômicos, a terceira relativa aos aspectos sociais e a quarta com as considerações finais.

2 ASPECTOS ECONÔMICOS

Diante da expressividade da agropecuária na região, o PIB a preços correntes do Matopiba vem crescendo consideravelmente nos últimos anos. Entretanto, o PIB *per capita* a preços correntes da região ainda não apresenta a mesma expressividade, pois, de um lado, o PIB é alto e vem apresentando crescimento nos últimos anos, ao passo que, de outro lado, o PIB *per capita*, embora crescente, está abaixo da média brasileira e da região Nordeste como um todo. Enquanto o PIB *per capita* do Brasil em 2013 foi de R\$ 26.446 e do Nordeste de R\$ 12.955, o PIB *per capita* do Matopiba foi de apenas R\$ 11.824 em 2013, apesar da crescente riqueza gerada. Os maiores PIBs *per capita* do Matopiba estão na Bahia e no Tocantins, com R\$ 17.427 e R\$ 16.086, respectivamente. A porção piauiense apresentou PIB *per capita* de R\$ 11.357 e a maranhense de R\$ 8.854.⁴

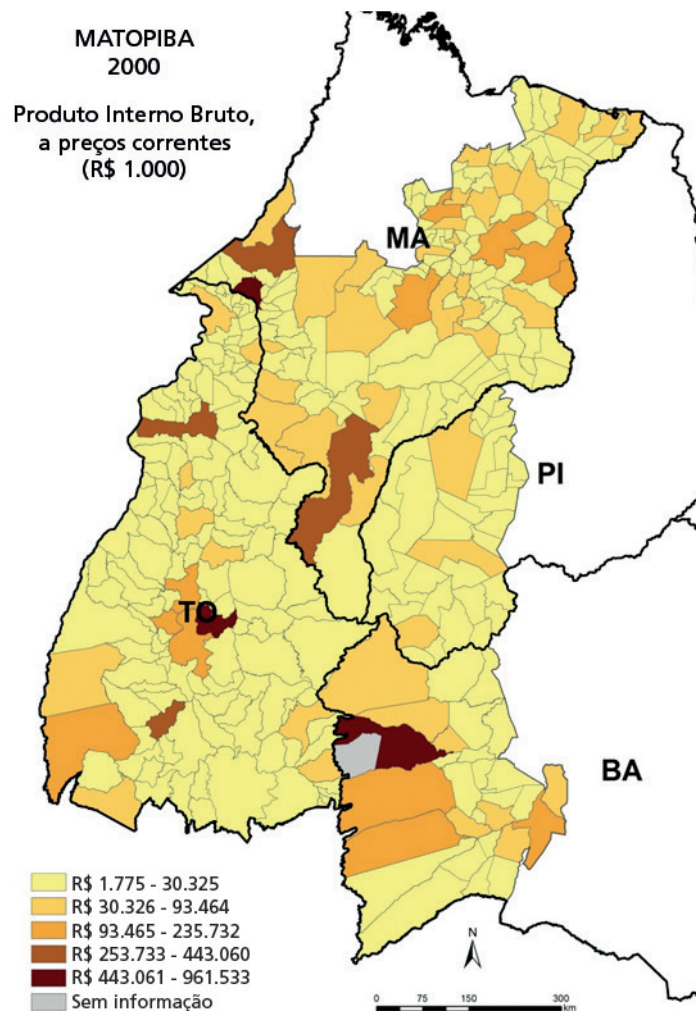
O mapa 1 apresenta informações sobre o crescimento do PIB entre os anos 2000 e 2013. O Oeste Baiano e o sul do Maranhão concentram os maiores valores do PIB. A microrregião de Barreiras (Bahia) vem assumindo o protagonismo como o maior PIB da região. Tal fato ocorreu em 2000 e 2013, com exceção do ano de 2006, quando a microrregião de Imperatriz (Maranhão) ultrapassou o PIB da microrregião baiana. Somente Barreiras (Bahia) foi responsável por 13,6% do PIB do Matopiba em 2013, com R\$ 9,9 bilhões, seguida de Imperatriz (Maranhão), com R\$ 8 bilhões. As cinco maiores microrregiões produtoras de riqueza na região, Barreiras (Bahia), Imperatriz (Maranhão), Porto Nacional (Tocantins), Araguaína (Tocantins) e Médio Mearim (Maranhão), foram responsáveis por 47,46% do PIB do Matopiba, em 2013.

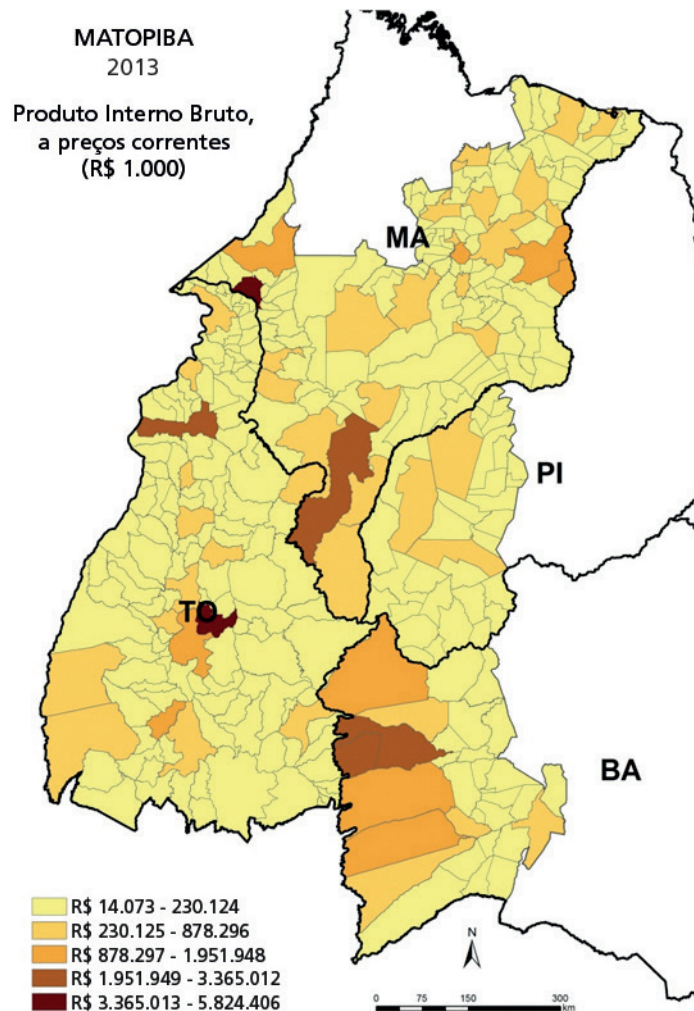
4. Os valores apresentados no presente trabalho estão em preços correntes, que se referem ao valor da produção no ano em que esta ocorreu e foi comercializada. Assim sendo, o crescimento no valor da produção a preços correntes capta a variação de produção, mas também o efeito monetário (inflação). Como o presente ensaio é decorrente de um trabalho já realizado, não houve espaço aqui para a inclusão de PIB a preços constantes. Em trabalhos futuros haverá a inclusão de PIB a preços constantes.

Ainda em relação ao PIB, entre os anos 2000 e 2013 houve crescimento de 542% no PIB do Matopiba, com destaque para algumas microrregiões, como o Alto Parnaíba Piauiense (Piauí), que possuía PIB de R\$ 91 milhões, em 2000, e alcançou R\$ 1,2 bilhão, em 2013, significando um crescimento de 1.262%. Outra microrregião com crescimento acima da média foi Porto Franco (Maranhão), com 832%, saindo de R\$ 177 milhões para R\$ 1,66 bilhão. A microrregião de Porto Nacional (Tocantins) cresceu 741%, saltando de R\$ 903 milhões para R\$ 7,6 bilhões. Já o Médio Mearim (Maranhão) produziu R\$ 527 milhões, em 2000, chegando a R\$ 4,4 bilhões, em 2013, o que significou 741% de crescimento. Por fim, a microrregião de Barreiras (Bahia) cresceu 602%, saindo de R\$ 1,4 bilhão para R\$ 9,9 bilhões.

Embora o crescimento de Barreiras (Bahia) esteja um pouco abaixo de outras microrregiões, é importante considerar a liderança dessa microrregião, assim como seu pioneirismo, pois, no ano 2000, apenas Barreiras (Bahia) e Imperatriz (Maranhão) possuíam PIB superior a R\$ 1 bilhão, tendo crescido expressivamente ao longo dos anos. Assim sendo, é importante considerar a relevante informação de que, das 31 microrregiões do Matopiba, treze cresceram acima da média da região de 542%, conforme supracitado, o que revela o dinamismo e o grande potencial de expansão da região.

MAPA 1
PIB a preços correntes (2000 e 2013)
 1A – 2000





Fonte: IBGE (2016b).

Nota do Editorial: imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação.

Por sua vez o PIB *per capita*, conforme já foi dito, está crescendo, porém segue ainda abaixo das médias nacional, do Nordeste e dos estados componentes do Matopiba como um todo. Entretanto, a variação no PIB *per capita* entre os anos 2000 e 2013 foi maior na região do Matopiba do que entre os estados isolados e até mesmo no Brasil. Enquanto o Brasil teve um crescimento de 281% no PIB *per capita*, entre os anos 2000 e 2013, a região do Matopiba apresentou crescimento de 431%, maior que a região Nordeste como um todo, que cresceu 321%.

A partir dos dados gerais do PIB da região e das microrregiões, cabe, neste momento, analisar a composição do PIB ou valor adicionado bruto pelos setores da economia: agropecuária, indústria e serviços, incluindo, neste último, administração, saúde e educação públicas e seguridade social, para os anos de 2000, 2006 e 2013. Os dados apontam que, para o conjunto do Matopiba, o setor agropecuário contribuiu com 18,9% do valor adicionado total em 2013, ao passo que a indústria contribuiu com 15,9%, e o setor de serviços com 65,3%. Tais números seguem aproximadamente a média brasileira, em que o setor industrial vem perdendo espaço e o setor de serviços cresce, passando dos 60% do valor adicionado na economia brasileira.

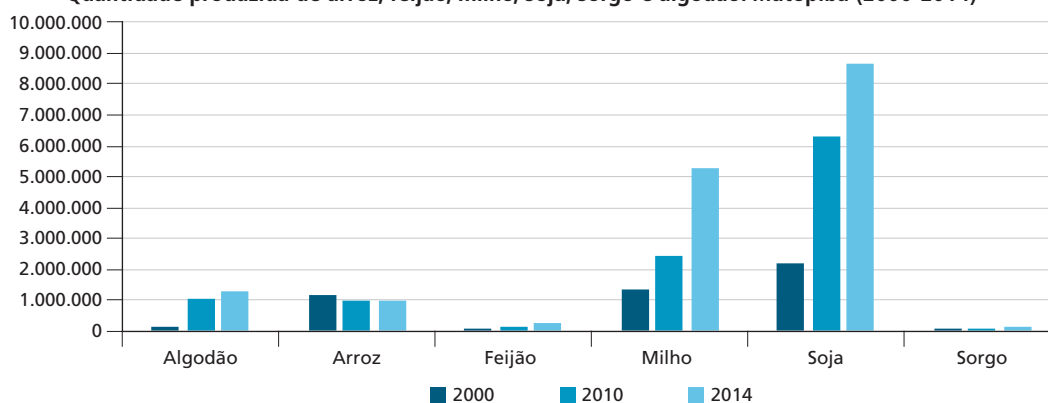
Muito embora se fale na grandiosidade do setor agropecuário no Matopiba, apesar da participação de apenas 19% do valor adicionado total, é importante considerar que o setor de serviços possui diversas atividades relacionadas à agropecuária, como transporte, armazenamento, logística, comércio, assistência técnica, entre outras, o que justifica o expressivo valor do setor de serviços. Em relação ao ano 2000, a participação relativa do setor agropecuário apresentou diminuição, porém há que se considerar que o PIB total da região do Matopiba aumentou de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 72,9 bilhões, entre os anos 2000 e 2013.

O setor agropecuário cresceu 365%, passando de R\$ 2,7 bilhões para R\$ 12,6 bilhões; o setor industrial cresceu 684%, com aumento do PIB de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 4,5 bilhões; e o setor de serviços cresceu 569%, passando de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 43 bilhões. A microrregião de maior PIB agropecuário, Barreiras (Bahia), teve 34,6% do seu PIB adicionado pelo setor agropecuário, 14% no setor industrial e 51% pelo setor de serviços. Considerando o que já foi dito sobre o setor de serviços em áreas agrícolas, em que grande parte das atividades relaciona-se com a produção agrícola, tem-se que Barreiras (Bahia) gira em torno da agropecuária. Entre as microrregiões em que a agropecuária apresenta participação maior do que 40% na economia local destacam-se: Alto Parnaíba Piauiense (Piauí), com 45,2%; Chapadas das Mangabeiras (Maranhão), 48,6%; e Gerais das Balsas (Maranhão), 41,3%.

O gráfico 1 apresenta a importância da atividade agrícola na região, em que a cultura da soja é a principal, com 8,6 milhões de toneladas em 2014, apresentando um crescimento de 291% em relação a 2000, quando a produção foi de 2,2 milhões de toneladas. Esse crescimento é maior do que a expansão da área colhida de soja, que foi de 261%, passando de 904 mil ha para 3,3 milhões de ha, entre os anos 2000 e 2014, refletindo ganho de produtividade no período, o qual foi de 2.440 kg/ha, em 2000, e 2.625 kg/ha, em 2014.

GRÁFICO 1

Quantidade produzida de arroz, feijão, milho, soja, sorgo e algodão: Matopiba (2000-2014)



Fonte: PAM/IBGE (2016a).

O milho é a segunda cultura em volume produzido no Matopiba, com pouco mais de 5 milhões de toneladas em 1.073 mil ha, em 2014, e crescimento de 301% na quantidade produzida em relação ao ano de 2000, quando foram produzidas 1,3 milhão de toneladas em 486 mil ha. A expansão de área foi de 121%, ou seja, grande parte do aumento da produção tem como explicação ganhos de produtividade.

Entre as microrregiões, Barreiras, na Bahia, é a maior produtora de grãos do Matopiba, com 5,5 milhões de toneladas, ou seja, 33%. A segunda maior microrregião é Gerais das Balsas (11,4%), no Maranhão, seguida de Alto Parnaíba Piauiense (10,5%), no Piauí e Santa Maria da Vitória (8,9%), na Bahia. A microrregião de Barreiras é a maior produtora de algodão, feijão, milho, soja e sorgo do Matopiba, liderada principalmente pelo município de São Desidério, o qual é o líder na produção de algodão e milho, seguido de Formosa do Rio Preto, o principal produtor de soja.

O que faz da região de Barreiras tão produtiva é a presença do aquífero Urucuia, o qual favorece a agricultura irrigada. Segundo Landau, Guimarães e Sousa (2016), na região do Matopiba como um todo houve expansão significativa da área irrigada por pivôs centrais entre os anos 1985 e 2015, passando de treze para 1.548 pivôs, gerando um aumento na área irrigada de 1.418 ha para 160.172 ha. Ainda no mesmo estudo evidenciou-se que mais da metade dos pivôs estão localizados no oeste do estado da Bahia, abrangendo os municípios que apresentam a maior tendência de aumento de área irrigada por pivôs centrais.

Para além das vantagens naturais, também há muito investimento sendo realizado na atividade agropecuária no Oeste Baiano. Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba, [s.d.]) está sendo instalada uma indústria no município de São Desidério para transformar o caroço do algodão em óleo e farelo, pela Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa, [s.d.]).

Assim sendo, é inegável que a região do Matopiba está em forte crescimento, o que, por um lado, traz certo dinamismo para a região, mas, por outro, são atividades que não proporcionam equidade na distribuição de renda e preservação dos recursos naturais, o que somente é possível de mitigar por meio de maior atuação do Estado, por intermédio de fiscalização das atividades e políticas públicas que tornem essas atividades menos concentradoras de renda e de ativos, como terra e capital.

3 ASPECTOS SOCIAIS

Com o intuito de apontar avanços sociais ocorridos nos últimos dez anos, como também a persistência de indicadores sociais negativos nessa região, busca-se, nesta seção, apresentar informações de âmbito social para a região do Matopiba, dados sobre saneamento, habitação, pobreza, programas sociais – Programa Bolsa Família (PBF) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) –, educação e vulnerabilidade social.

Apesar da expansão acelerada na produção de grãos evidenciada na seção anterior, também ocorreu aumento nas disparidades, como a concentração da renda, ou seja, apesar do crescimento a região sofre com graves problemas sociais. Deste modo, o Matopiba convive paralelamente com a prosperidade do agronegócio e o problema de miséria e pobreza crônica da população local.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2013), o Brasil, em 2013, foi considerado um país de “alto desempenho” pelo fato de apresentar políticas públicas que focam as pessoas. Sendo assim, o Brasil tornou-se referência no modelo de desenvolvimento para o mundo, ao implementar programas de transferência de renda, investimentos em sistemas educacionais e oferta

universalizada de serviços de saúde. No entanto, o relatório ainda aponta que, apesar dos notórios avanços, os desafios nacionais com a questão da desigualdade persistem (*Ibidem*).

O IDHM considera as três dimensões em seu cálculo: longevidade, educação e renda. A longevidade é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir de dados do Censo Demográfico. Já o IDHM educação é medido por meio de dois indicadores: escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. E, por fim, o IDHM renda é medido pela renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, o Brasil apresentou, em 2010, quase 70% dos municípios com IDHM maior que a média brasileira de 2000, e menos de 1% ainda estava abaixo da média de 1991 (Pnud, Ipea e FJP, 2013). O indicador revela que houve grande avanço nos dados entre os anos de 2000 e 2010 na região do Matopiba. Em 2000, o IDHM da maioria dos municípios do Matopiba era inferior a 0,499, ou seja, desenvolvimento humano muito baixo. Pelos levantamentos, 88% dos municípios, 296 no total, encontravam-se nessa situação. Por sua vez, em 2010, a maioria dos municípios conseguiu aumentar seu IDHM, para baixo (0,500 a 0,599) e médio (0,600 a 0,699) desenvolvimento humano.

A pesquisa constatou que 161 municípios possuíam baixo IDHM (48%) e 160 possuíam médio IDHM (47%) em 2010, correspondendo a 95% dos municípios da região. O mapeamento apontou que, do total de municípios com médio IDHM 2010, a grande maioria está localizada no estado do Tocantins, enquanto dos municípios com baixo IDHM em 2010, a maioria localiza-se no estado do Maranhão. Por meio dessa observação, podemos notar uma melhora em ambos os estados e na região como um todo, mas no Tocantins a melhora foi mais significativa do que no Maranhão, pois no Tocantins a maioria dos municípios migrou de um índice muito baixo (2000) para médio (2010), enquanto no Maranhão eles migraram de muito baixo (2000) para baixo (2010).⁵

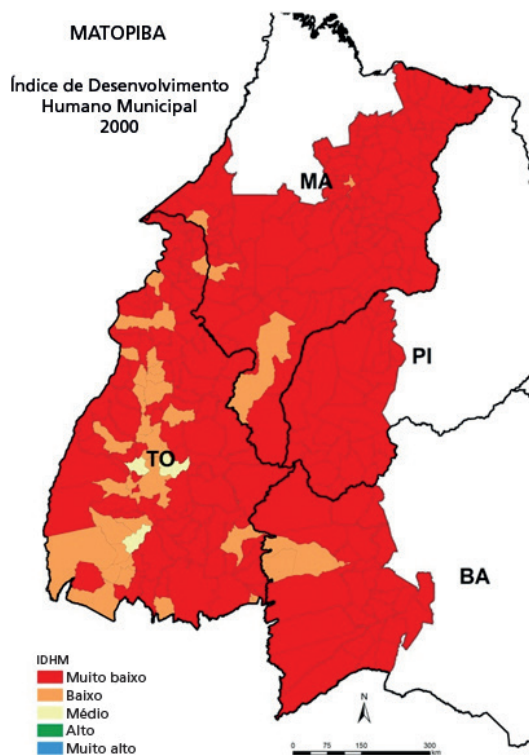
As microrregiões com o maior IDHM do Matopiba são: Porto Nacional (Tocantins), Gurupi (Tocantins), Araguaína (Tocantins), Rio Formoso (Tocantins), Barreiras (Bahia), Imperatriz (Bahia), Miracema do Tocantins (Tocantins), Gerais de Balsas (Maranhão), Porto Franco (Maranhão) e Dianópolis (Tocantins). Entre os maiores IDHM microrregionais, as microrregiões de Dianópolis (Tocantins), Gerais de Balsas (Maranhão) e Porto Franco (Maranhão) foram as que mais aumentaram seu IDHM entre os anos de 2000 e 2010. Interessante observar que essas microrregiões possuem em comum a presença do setor agrícola como setor dinâmico da economia. As microrregiões de Barreiras (Bahia), Porto Nacional (Tocantins) e Gerais de Balsas (Maranhão) constituem importantes centros regionais de exploração agropecuária, conforme apontado na seção anterior.

5. Segundo levantamento, dos municípios que melhoraram o IDHM de muito baixo (2000) para baixo (2010), 95 deles localizam-se no estado do Maranhão e 25 no Tocantins, enquanto dos municípios que melhoraram o IDHM de muito baixo (2000) para médio (2010), 102 deles localizam-se no Tocantins e 36 no Maranhão.

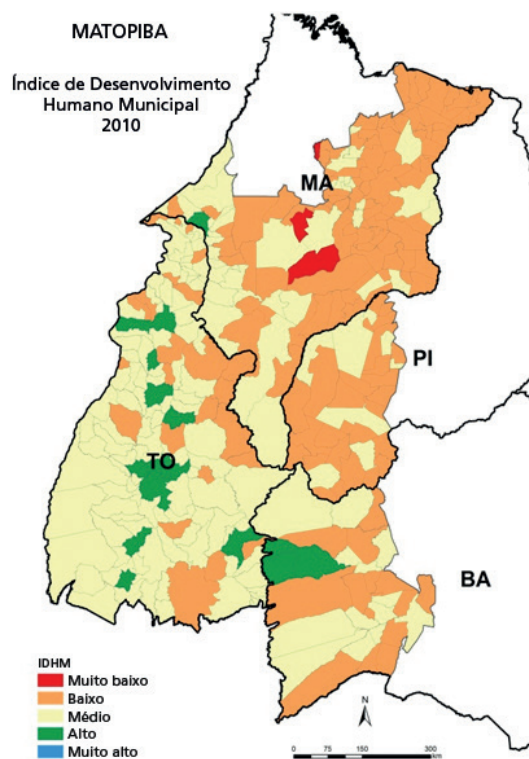
MAPA 2

IDHM: Matopiba (2000 e 2010)

2A – 2000



2B – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (Pnud, Ipea e FJP, 2013).

Nota do Editorial: imagem cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais disponibilizados pelos autores para publicação.

A melhora no IDHM entre os dois períodos é fruto de uma significativa melhora no IDHM educação,⁶ o que significa que a população do Matopiba obteve maior acesso ao ensino. Em 2000, apenas um município – Palmas (Tocantins) – possuía IDHM educação superior a 0,5, que corresponde a baixo desenvolvimento humano educacional, e todos os outros possuíam valor inferior, portanto na faixa de muito baixo índice de desenvolvimento educacional municipal. Em 2010, houve uma significativa melhora dos índices educacionais na região; no entanto, 47% dos municípios da região ainda possuem IDHM educação muito baixo, 55% localizados no Maranhão. Apesar da melhora, 145 municípios (43%), parte significativa da região, ainda possuíam baixo IDHM educação em 2010, dos quais 53% estão localizados no Tocantins.

Buscando complementar a análise, foram analisados os dados contidos no Atlas da Vulnerabilidade Social, plataforma de consulta do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O IVS e o IDHM são índices que se complementam, e o objetivo de ambos é fornecer informações de qualidade no âmbito municipal e metropolitano sobre determinados aspectos do desenvolvimento social de uma determinada localidade. Ao contrário do IDHM, em que os índices que se aproximam de um correspondem à faixa muito alto de desenvolvimento humano, no IVS a aproximação de zero indica baixa vulnerabilidade social.

Segundo dados do Atlas da Vulnerabilidade Social (Costa e Marguti, 2015), em 2000 o Brasil apresentava IVS igual a 0,446, significando alta vulnerabilidade social. Atualmente o IVS para o Brasil é de 0,326, relativo à faixa de média vulnerabilidade. No Matopiba houve melhora do IVS, ou seja, as condições sociais estão menos precárias. Nos anos 2000, 316 municípios (93% do total) da região possuíam índice de vulnerabilidade na faixa de vulnerabilidade social muito alta. Já em 2010 houve redução do número, mas 135 municípios ainda apresentavam IVS muito alto, representando 40% dos municípios da região. Destes com vulnerabilidade muito alta, 70% estão localizados no estado do Maranhão.

As melhorias na infraestrutura urbana foram o que mais impactou a redução da vulnerabilidade social no caso da região do Matopiba, pois o aumento de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda, contribuiu para a melhora do índice. Desta forma, a análise do IVS reforça o que foi mencionado no início desta seção, que os municípios do Tocantins tiveram significativa melhora em relação aos municípios dos demais estados que compõem a região. Ademais, ressalta-se que alguns municípios podem ter diminuído sua condição de vulnerabilidade, mas não mudaram de faixas.

Outra análise realizada referiu-se à avaliação da evolução da prosperidade social da região, que consiste em uma análise integrada do desenvolvimento humano (IDHM) e da vulnerabilidade social (IVS). Uma análise comparativa, dividida em três faixas (alta, média e baixa prosperidade social), mostra que o Brasil, em 2010, possuía 45% dos municípios na faixa de alta prosperidade, 37% na faixa de baixa prosperidade, e o restante, 18%, na faixa de média prosperidade. Os dados do Matopiba apresentam semelhança com os dados nacionais na faixa de média vulnerabilidade, em que 20% dos municípios da região encontram-se nessa

6. Obtido por meio de dois indicadores, a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM educação.

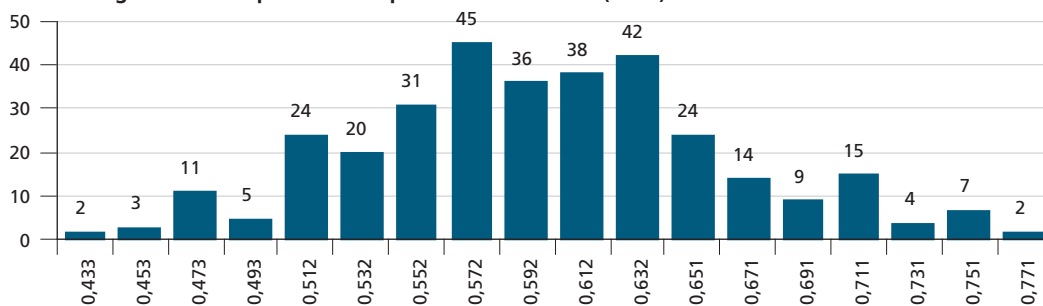
faixa; no entanto, 74% encontram-se na faixa de baixa prosperidade social, e apenas 6% na faixa de alta prosperidade social. Apesar das melhoras nos últimos anos, os municípios do Matopiba ainda possuem insuficiência ou ausência de alguns bens e direitos, sendo que a posse ou a privação desses determina as condições de bem-estar das populações nessa região.

O Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira (Brasil, 2016) apresenta dados sobre a distribuição da renda e da riqueza no Brasil a partir dos levantamentos domiciliares da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Censo Demográfico ou da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Em uma perspectiva global, os países latino-americanos em geral, e particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. De acordo com os dados do relatório, um dos determinantes na retração do índice de Gini foi o aumento da renda dos grupos mais pobres em relação aos mais ricos. Apesar desse avanço, o Brasil ainda possui um nível de desigualdade elevado quando comparado com outros países em mesmo estágio de desenvolvimento.

Assim como no restante do país, houve redução da desigualdade. Conforme se vê nos gráficos 2 e 3, que mostram os histogramas do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. A distribuição do gráfico 3, referente ao ano de 2010, mostra que há mais municípios próximos a zero do que comparada à distribuição nos anos 2000 (gráfico 2). Cerca de 250 municípios do Matopiba diminuíram o índice de Gini, ou seja, diminuíram a desigualdade de renda (ficaram mais próximos a zero). Isso corresponde a 74% da região do Matopiba. O restante, 87 municípios (26%), aumentou o índice, ou seja, aumentou a desigualdade.

GRÁFICO 2

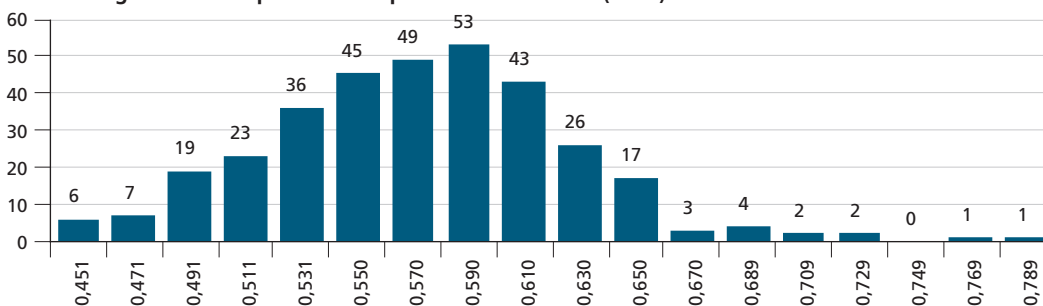
Histograma: municípios do Matopiba – índice de Gini (2000)



Fonte: Datasus (Brasil, 2017).

GRÁFICO 3

Histograma: municípios do Matopiba – índice de Gini (2010)



Fonte: Datasus (Brasil, 2017).

A diminuição da população em condição de pobreza, extrema pobreza e vulnerável à pobreza na região do Matopiba, assim como a diminuição do percentual da renda apropriada pelos mais ricos, fez com que o índice de Gini na região melhorasse, ou seja, diminuiu a desigualdade no Matopiba. Mas há ressalvas nessa melhora, pois 34% dos municípios do Matopiba (113) tiveram aumento no percentual da renda apropriada pelos mais ricos, sendo que, destes, em 25 municípios (22%) a apropriação foi superior a 50%. Dos municípios que apresentaram aumento no índice de Gini, 60% aumentaram o percentual da renda apropriada pelos mais ricos; destes, dezesseis ainda possuem uma apropriação de renda pelos mais ricos acima de 50%. Dos municípios que diminuíram o Gini, também houve casos de aumento da apropriação da renda pelos mais ricos em sessenta municípios (24%).

No geral, conforme evidenciado pelos indicadores apresentados anteriormente, a situação social da maioria dos municípios do Matopiba melhorou entre os anos de 2000 e 2010. Essa melhoria deve-se a uma série de fatores, como a execução de algumas políticas públicas, principalmente do governo federal, com o intuito de redistribuir renda e promover condições de vida mais dignas para a parcela mais pobre da população brasileira. Entre essas políticas, pode-se citar o PBF⁷ e o BPC na região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de produção agrícola que vem sendo introduzido na região do Matopiba desde os anos 1990 tem impactado os indicadores econômicos e sociais de forma positiva, porém com ressalvas, considerando que, historicamente, boa parte desse território constitui áreas de desenvolvimento atrasado frente às regiões mais dinâmicas do Brasil.

É inegável que a região do Matopiba tem apresentado fortes tendências transformadoras nos últimos vinte anos, que são advindas, em parte, dos impactos gerados pela expansão da fronteira agrícola do Cerrado brasileiro, como também de programas federais que garantem renda mínima, infraestrutura básica (saneamento e energia elétrica) e educação. No entanto, apesar dessa melhora, destacamos que a região do Matopiba ainda apresenta baixo e médio IDHM na maioria dos municípios, e baixo e médio IVS, ou seja, ainda existe muito a ser feito para se desenvolver socioeconomicamente a região, principalmente no estado do Maranhão, que obteve melhoras, mas modestas em relação aos demais municípios.

Do ponto de vista produtivo, é irrefutável o potencial agrícola da região e dificilmente esse será limitado; pelo contrário, investimentos na região continuam a todo vapor. Não somente o Estado, como empresas estrangeiras investem na infraestrutura da região, pois o armazenamento e o escoamento de grãos ainda são um gargalo a ser superado, pois acarretam maiores custos para quem vende. Os dados do PIB mostram que o produto gerado na região cresce acima da média nacional, porém ainda é mal distribuído, inclusive tendo havido aumento da concentração de renda em algumas localidades.

7. O PBF é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Por meio do PBF o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas. Na região do Matopiba, tanto o número de famílias beneficiadas pelo programa quanto o valor dos benefícios têm aumentado progressivamente.

Apesar das agruras de um processo de crescimento que não incorpora todos os agentes da sociedade, este trabalho procura com muita satisfação contribuir para a discussão sobre o Matopiba, tema ainda pouco estudado no Brasil. E também procura contribuir para pautar ações para a região de maneira a fornecer ganhos na aplicação de recursos públicos para um território que, não obstante o crescimento recente, ainda se constitui majoritariamente em uma área carente de infraestrutura e com indicadores de desenvolvimento econômico e social não muito positivos.

Assim sendo, é importante fortalecer a discussão sobre a região do Matopiba, pois somente assim é possível se promover um debate da importância de repensar o desenvolvimento baseado em *commodities* com produção voltada para mercado externo. Nesse debate, deve-se refletir como o Estado deve atuar para fomentar o alcance de mais etapas na cadeia de valor, para que se incorpore mais mão de obra e permita maior apropriação de renda pelo país. Ademais, também é primordial corrigir as distorções sociais causadas por atividades concentradoras de renda, as quais não incorporam grande parte da população dessas regiões e não distribuem os ganhos obtidos de forma justa, levando a desajustes crescentes e de difícil solução no longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABAPA – ASSOCIAÇÃO BAIANA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO. **Institucional**. Barreiras: Abapa, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/x2gNAa>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

AIBA – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E IRRIGANTES DA BAHIA. **Institucional**. Barreiras: Aiba, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/MhPu3p>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria de Política Econômica. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira: dados do IRPF 2015/2014**. Brasília: MF, 2016.

_____. Ministério da Saúde. Datasus. **Informações de Saúde (TABNET) – Demográficas e Socioeconômicas**. Brasília: Datasus/MS, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/2E9M6d>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

COSTA, M. A; MARGUTI, B. O. (Orgs.). **Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. Disponível em: <<https://goo.gl/hqxt5>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/eVxyd4>>. Acesso em: 5 maio 2017.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, D. P.; SOUSA, D. L. Expansão geográfica da agricultura irrigada por pivôs centrais na região do Matopiba entre 1985 e 2015. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, Sete Lagos, n. 136, 2016.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013: a ascensão do Sul – progresso humano num mundo diversificado**. Washington: Pnud, 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013.

SÁ, H. A.; MORAIS, L.; CAMPOS, C. S. S. Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do Matopiba a partir de uma perspectiva furtadiana. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 2015, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Corecon PR, 2015.

